

É POSSÍVEL UM MARXISMO ECOLÓGICO?*

Elmar Altvater**

As condições de produção, na verdade, não dependem do lugar em que os bens são colocados em disponibilidade, isto é, não dependem do mercado.

James O'Connor busca elaborar "os fundamentos de um marxismo ecológico" através de uma dialética das relações de produção, isto é, das forças produtivas e das condições de produção, de modo a estabelecer um novo quadro teórico sobre o qual fundar os novos movimentos sociais. Para esta finalidade, e conforme a opinião de O'Connor, os horizontes do marxismo tradicional parecem estreitos. A sua argumentação é que no capitalismo existem duas tendências para a crise. A primeira como consequência da intensificação da contradição entre forças produtivas e relações de produção, e disso se ocupa a análise do "marxismo tradicional". A segunda, expressada pela contradição entre forças produtivas, relações de produção e condições de produção, que é objeto de análise do "marxismo ecológico", armação analítica ainda em fase inicial. As relações de produção e as forças produtivas constituem categorias familiares da tradição teórica marxista, da mesma maneira que a formação social e o sistema econômico. Poder-se-ia falar

muito sobre isso, sobretudo no que diz respeito ao *status* e à interdependência entre as categorias. Com efeito, pode-se partir do fato de que as categorias, se se quer que tenham sentido, não podem ser classificadas hierarquicamente, conforme o esquema de estrutura/super-estrutura. As forças produtivas não determinam relações de produção lineares até quando estas relações não se inscrevem nas forças produtivas, por exemplo, através da tecnologia dominante numa sociedade dada. Os substratos reais das categorias "se articulam" e somente então adquirem sentido as categorias que formam o sistema teórico. Isso é válido também para as condições de produção que se expressam em diversos níveis, como "forças produtivas" ou "relações de produção". Nos *Gundrisse* Marx descreve "as condições gerais de produção" como - diríamos hoje - serviços infra-estruturais da sociedade (a cargo do Estado) para a produção capitalista individual. As condições gerais da produção se adaptam às necessidades de tipo essencialmente material/energético de um processo social de reprodução cujas dinâmica e estrutura são dominadas por estratégias de valorização meramente capitalistas. Pontes, estradas, educação, segurança social são imprescindíveis para a reprodução social. Não obstante, colocar em disponibilidade esta infra-estrutura não é rentável do ponto de vista capitalista, e é por isso que as condições gerais de produção devem ser produzidas pelo Estado e postas à disposição da sociedade, de modo que esta última disponha delas como de "bens públicos".

Condições de produção

Segundo a opinião de O'Connor, por "condições de produção" devem-se entender, em primeiro lugar, "as condições físicas externas", ou "os elementos naturais que contribuem a formar o capital variável e aquele constante". Em segundo lugar, "a força-de-trabalho dos trabalhadores", definida como "as condições pessoais de produção". O terceiro tipo é aquele ao qual Marx se refere quando fala das condições comunitárias, gerais, da produção social, isto é, as redes de comunicação. Esta classificação não é diferente da feita por Marx nos *Gundrisse*. Para O'Connor, porém, a sua peculiaridade de não serem produzidas como mercadorias leva a uma consequência inevitável: o capital (privado) age como se não devesse assumir o ônus de produzi-las e como se pudesse dispor delas de maneira ilimitada. Em outras palavras, como se os elementos que constituem as condições de produção não expressassem uma escassez em sentido econômico que obrigue a uma utilização "racional" desta própria escassez.

As condições de produção, na verdade, não dependem do lugar em que os bens são colocados em disponibilidade, isto é, não dependem do mercado. Os teóricos do mercado compatilham esta

* Traduzido da *Revista di Ecologia Socialista* n° 6, dezembro de 1992, por Giovanni Menegóz.

** Intelectual alemão, fez parte do grupo que editou a revista *Kapitalstast* na década de setenta.

idéia tirando dela a seguinte conclusão: é preciso privatizar o máximo possível "as condições gerais de produção", através dos direitos de propriedade e impondo um preço para a utilização dos recursos por meio dos mecanismos de mercado, a fim de regular o uso dos recursos em conformidade com as escassezes relativas. A reflexão de O'Connor vai em outra direção: a partir do momento em que a criação das condições por parte da iniciativa privada é insuficiente (dentro da melhor ótica galbraithiana da contradição entre opulência privada e pobreza pública), o Estado passa a se interpor entre o capital e as condições de produção. Em consequência disso as condições são polarizadas desde o início. A sua configuração depende das relações de forças, as quais, por sua vez, são influenciadas pelos movimentos sociais. A disponibilidade das condições de produção passa pelo poder político no campo econômico.

Além disso, o capital tende a deteriorar suas próprias condições de produção, provocando uma subprodução. Por todas estas razões, é possível introduzir na teoria da crise econômica o conceito de "escassez" em sentido marxista, e não em seu significado neomalthusiano. Uma vez que se introduz o aumento dos custos de reprodução das condições de produção, pode-se também levantar a hipótese da possibilidade de subprodução do capital". Segundo O'Connor, haveria, portanto, além da crise de superprodução analisada pelo marxismo tradicional, "uma crise de subprodução do capital" que deveria ser o objeto de reflexão do "marxismo ecológico."

Neste contexto, não é feliz a escolha do conceito de subprodução, visto que implica o que O'Connor precisamente recusa: a reprodutibilidade das condições naturais de produção (a subprodução somente é possível quando estas condições podem se reproduzir) e, portanto, a possibilidade de circulação e reversão dos processos, que são irreversíveis segundo as leis da natureza. De outro lado, se se assume o conceito de reprodutibilidade e reversibilidade, não tem muito sentido falar de escassez, como inúmeras vezes ficou demonstrado: a escassez nasce precisamente da irreversibilidade das transformações da matéria e da energia. O conceito de subprodução adquire sentido como sinônimo não de escassez (*knappheit*,

scarcity), mas de "falta de existência", insuficiência (*mangel, shortage*). Em segundo lugar, a subprodução, na acepção de O'Connor, é só sinônimo de degradação ecológica e das problemáticas sociais que dela derivam - o que é demonstrado amplamente pelos exemplos que ele próprio fornece: "trata-se, por exemplo, dos custos para a saúde, provocados pelo trabalho capitalista e as relações familiares capitalistas; dos gastos feitos para se drogar e para sair da droga; das somas enormes perdidas para tapar a deterioração do ambiente social (por exemplo, para a polícia e os divórcios); dos imensos recursos humanos e financeiros empregados para deter a destruição ambiental e a despoluição e para amortizar a destruição ecológica herdada do passado; do dinheiro necessário para inventar, desenvolver e produzir produtos sintéticos e "naturais" substitutivos dos destruídos, tanto como meios de produção como objetos de consumo; das grandes quantias transferidas aos xequês do petróleo e às companhias elétricas, isto é, a renda fundiária, o lucro monopolista e assim por diante; dos gastos que devem ser enfrentados para a eliminação do lixo; dos custos extraordinários para o congestionamento do espaço urbano; dos custos suportados pelos governos, os camponeses e os trabalhadores do Terceiro Mundo por causa da dupla crise da ecologia e do desenvolvimento. E assim por diante."

Mercado e crise ambiental

A enumeração dos exemplos não é sistemática. Os exemplos, em parte, referem-se à degradação do ambiente natural e, em parte, aos "custos defensivos" do crescimento (ou custos de proteção ou atenuação), necessários para consertar ou evitar os efeitos não desejados, produzidos pela crise ambiental. Estes custos são consideráveis: Leipert quantifica-os em cerca de 10% do produto social da Alemanha Federal para o ano de 1985. Porém, se os danos ao ambiente fossem transferidos ao sistema de valores e à racionalidade do mercado sob a forma de custos defensivos, estes últimos poderiam se orientar através das leis do mercado - tendo sempre presente, porém, os limites da própria racionalidade do mercado. A degradação ecológica pode se constituir no aspecto oculto do aumento do valor econômico (os custos do cresci-

A disponibilidade das condições de produção passa pelo poder político no campo econômico.

mento) e também até na fonte de aumentos futuros de valor, caso venham a ser tomadas medidas com vistas a reparos e restabelecimentos (os quais, obviamente, entram a fazer parte do produto social total). Conseqüentemente, poderia se criar o paradoxo que a crise de superprodução, na acepção usada por O'Connor, ajudaria a superar a crise de superprodução. Seria possível que se verificassem, ao mesmo tempo, crise de superprodução e crise de superprodução, não porém como objetos alternativos de análise do "marxismo ecológico".

A subprodução ecológica poderia ser entendida como estratégia para evitar a "superprodução econômica" (e a superacumulação). Na categoria das deseconomias externas (ou "custos sociais de crescimento das empresas privadas") busca-se também ter em conta isso - mesmo se em uma moldura teórica não marxista a rentabilidade econômica privada poderia crescer de tal maneira que cobriria os custos dos danos ao ambiente natural, e na categoria mencionada acima dos "custos defensivos" (ou atenuados ou protetores) considera-se que os custos sociais e as deseconomias externas teriam, pelo menos em parte, um correspondente monetário, e que a deterioração do ambiente, portanto, exerceria um efeito retroativo sobre o sistema dos valores, mesmo que junto a uma defasagem temporal.

Atribuir os custos originados pela deterioração ambiental a toda a sociedade e não às empresas privadas - custos que, de outra forma, aumentariam o consumo antecipado de capital constante e variável - implica contrastar "a lei da queda tendencial da taxa de lucro." Rohwe, Kunzel, Ipsen chegam ao ponto de identificar o aumento dos custos do capital constante e variável como a causa principal da internacionalização - a posteriori - dos danos ambientais, como a única causa plausível da queda da taxa de lucro, julgando inconsistentes outras

Atribuir os custos originados pela deterioração ambiental a toda a sociedade e não às empresas privadas - custos que, de outra forma, aumentariam o consumo antecipado de capital constante e variável - implica contrastar "a lei da queda tendencial da taxa de lucro."

implicações. A "subprodução", no sentido de externalização espacial e temporal, ajudaria também a evitar, pelo menos temporariamente, a superprodução, entendida como "superacumulação de capital". O próprio Marx enumera uma série de causas que contrastam a queda da taxa de lucro, apesar de o fazer em um contexto diverso, quando se ocupa das causas que incidem nos custos do capital

e na taxa de mais-valia. A questão decisiva que hoje se impõe, desde um ponto de vista ecológico, é até que ponto é possível evitar a superacumulação, isto é, a queda da taxa de lucro, sem reduzir a taxa de produção da entropia no metabolismo entre homem e natureza. A questão ecológica, com efeito, causa custos econômicos evitáveis, conforme os cânones da racionalidade micro-econômica.

O uso de energia para obter valores de uso através do isolamento dos materiais e a sua sucessiva nova combinação (para obter novos materiais) aumentará com certeza em consequência da degradação ambiental. Portanto, aumentará também o consumo antecipado de capital variável e constante. É mais fácil e custa menos misturar as substâncias nocivas, hoje, do que isolar, amanhã, o seu valor de uso. Não isolar as substâncias químicas nocivas e armazená-las em áreas a céu aberto diminui os custos do capital constante hoje, mas aumenta-os no futuro. A armazenagem do lixo contaminado por dioxina em áreas de baixa segurança mantém os custos hoje, mas vai causar custos elevados no futuro. O lançamento

de efluentes que poluem rios e mares reduz os custos de produção hoje, mas os faz aumentar amanhã, e o futuro dos próximos vinte anos é o presente de hoje. A "subprodução" pode ser uma estratégia para evitar a superprodução. É o resultado de uma lógica decisional que se apóia na racionalidade do mercado e se insere no sistema dos valores correntes. A subprodução se repercute no sistema dos valores, visto que aumenta o consumo de capital constante e variável, em consequência do que cai a taxa de lucro (desde que não se verifique nenhum aumento compensatório da própria taxa). Tudo isso contribui para determinar a crise de superprodução analisada por O'Connor. Os custos defensivos do crescimento podem chegar a superar o produto social e o crescimento se transforma então em fenômeno irracional também do ponto de vista econômico. A dimensão temporal é portanto decisiva: os horizontes temporais da economia e os tempos da ecologia são distintos, mas não independentes um do outro. A análise da subprodução ecológica e da superprodução econômica não podem, portanto, fazer referências a teorias diferentes.